

Termo de Referência 80/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
80/2024	120195-CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS	LORENA ROLIM FEITOSA MELSERT	21/03/2024 13:42 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90120/2023	NA

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de matérias primas e materiais de embalagem para a manipulação de repelente contra insetos no setor de farmacotécnica do CEMFAR (Centro de Manipulação Farmacêutica da Aeronáutica), no LAQFA, destinadas aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), devido à epidemia de Dengue, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Quantidade Mínima	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	BENZOATO DE BENZILA Aspecto físico: Líquido límpido, amarelado, odor doce, fórmula química: C14H12O2, peso molecular: 212,08 G /MOL, grau de pureza: pureza mínima de 99,5%, número de referência química: CAS 120-51-4. Unidade de medida: mL (mililitros).	375484	UN	80.000	2	R\$ 0,20	R\$ 16.266,67
2	DEET - Dietil-M-Toluamida Aspecto Físico: Líquido Incolor, Quase Inodoro, Fórmula Química: C12h17no (N, N-Dietil-M-Toluamida), Peso Molecular: 191,27 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 95%, Número De Referência Química: Cas 134-62-3.Unidade de medida: mL (mililitros).	389445	UN	200.000	2	R\$ 0,23	R\$ 46.000,00
3	REPELENTE MERCK 3535 – ETHYL BUTYLACETYLAMINOPROPIONATE (INCI name) Cosmético, composição: repelente de insetos, componentes: repelência						

	mínima de 4 horas contra aedes aegypti, apresentação: uso tópico. Aspecto físico líquido incolor ligeiramente amarelado claro e quase inodoro. Teor maior ou igual a 98%. Solúvel em água, miscível em metanol, etanol, 2-propanol e clorofórmio. Grau farmacêutico, função repelente contra insetos, CAS 52304-36-6. Unidade de medida: mL(mililitro).	435543	UN	200.000	2	R\$ 1,04	R\$ 208.000,00
4	ÁLCOOL ETÍLICO Aspecto físico líquido límpido, incolor, volátil, teor alcoólico mínimo de 96 gl, fórmula química C2H5OH, peso molecular 46,07, número de referência química CAS 64-17-5. Unidade de medida: mL(mililitro).	346632	UN	1.500	2	R\$ 15,79	R\$ 23.690,00
5	HIDROXICITRONELAL Essência Aromática, Aspecto Físico: Líquido Oleoso, Límpido, Amarelo Claro, Tipo De Origem: Origem Vegetal, Planta Originária: Cymbopogon Winterianus, Odor: Citronela. Características Adicionais: 7-Hidroxicitronelal, 7-hidroxi-3,7-dimetiloctanol (Hidroxicitronelal). Unidade de medida: mL (mililitros). CAS 107-75-5. Líquido viscoso incolor, Fórmula Molecular C10H20O2, peso molecular 172.26, ponto de fulgor 113.	373221	UN	8.000	2	R\$ 0,84	R\$ 6.716,00
6	CITRONELOL Essência Aromática, Aspecto Físico: Líquido Oleoso, Límpido, Amarelo Claro, Tipo De Origem: Origem Vegetal, Planta Originária: Cymbopogon Winterianus, Odor: Citronela. Características Adicionais: Citronelol. Unidade de medida: mL (mililitros). CAS 106-22-9 Líquido incolor de odor característico, densidade 0,8530 – 0,8570 g/mL	373221	UN	8.000	2	R\$ 0,41	R\$ 3.298,67
7	FRASCO PET BRANCO LEITOSO Frasco com capacidade 100 mL, com válvula spray branca e tampa. Gramatura mínima de 14g. Unidade de medida: Unidade.	307885	UN	20.000	2	R\$ 4,62	R\$ 92.400,00
8	GARRAFA PET BRANCA COM TAMPA LACRE BRANCA Frasco com capacidade de 1000 ml, material polietileno, capacidade 1000 ml, cilíndrica, cor branca, compatível com tampa rosca lacre R 28mm. Unidade de medida: unidade.	305098	UN	1.500	2	R\$ 4,12	R\$ 6.180,00

9	<p>GALÃO (BOMBONA) 5L BRANCO LEITOSO</p> <p>Material polietileno, capacidade: 5L, aplicação: laboratório, com tampa.</p> <p>Unidade de medida: Unidade.</p>	242845	UN	250	2	R\$ 12,80	R\$ 3.200,00
10	<p>FRASCO PEAD BRANCO LEITOSO</p> <p>Frasco com capacidade 100 mL, com válvula spray branca e tampa.</p> <p>Característica adicionais: Gramatura mínima de 13 Gr. Unidade de medida: Unidade.</p>	307885	UN	20.000	2	R\$ 3,22	R\$ 64.333,33
11	<p>FLUORETO DE SÓDIO</p> <p>Aspecto Físico: Pó Cristalino Branco, Inodoro</p> <p>Fórmula Química: NaF</p> <p>Peso Molecular: 41,99 G/MOL</p> <p>Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99%</p> <p>Número De Referência Química: Cas 7681-49-4</p> <p>Unidade de medida: grama (g)</p>	438557	UN	1.000	2	R\$ 0,52	R\$ 515,46
12	<p>CARBOPOL (Carbomer 940)</p> <p>Composição: Carbômero</p> <p>Composição 1: À Base De Polímero Do Ácido Acrílico</p> <p>Tipo: Tipo 940 Aspecto Físico 1: Pó Pó branco e fofo, com um odor leve e característico. É higroscópico.</p> <p>Quando neutralizado com hidróxidos alcalinos ou com aminas, ele se dissolve em água, em álcool e em glicerina.</p> <p>O pH de uma dispersão de 1 em 100 é cerca de 3 ; Laudo de análise do fabricante/fornecedor consta conforme; Embalado e conservado em recipientes bem fechados. Atende a todos os critérios da monografia correspondente da</p> <p>USP43-NF38 - 5670. N° DCB: 01745 N° CAS: 76050-42-5</p> <p>Fórmula Molecular: [-CH₂-CH (COOH)-]_n.</p> <p>Unidade de medida: g (grama)</p>	460812	UN	5.000	2	R\$ 0,15	R\$ 771,67
13	<p>TRIETANOLAMINA</p> <p>Aspecto Físico: Líquido Límpido, Viscoso, Higroscópico</p> <p>Peso Molecular: 149,19 G/MOL</p> <p>Fórmula Química: C₆H₁₅NO₃</p> <p>Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99%</p> <p>Característica Adicional: Reagente P.A.</p> <p>Número De Referência Química: Cas 102-71-6</p> <p>Unidade de medida: ml (mililitro)</p>	350143	UN	3.000	2	R\$ 0,27	R\$ 810,27
14	<p>FRASCO AMPOLA DE VIDRO</p> <p>Frasco de vidro de 2ml e tampa. Kit de</p>						

materiais para manipulação e envase de doses de medicamento em frasco ampola, composto de: - Frasco ampola de vidro, de capacidade máxima de 2ml, com as seguintes dimensões: boca 13mm, altura 37mm, diâmetro 13,7mm; Tampa de borracha para vedação do frasco ampola, com perfeito encaixe e vedação do frasco; Lacre flip off para fechamento do frasco ampola sobre a borracha; - Todos os materiais devem ter encaixe perfeito uns nos outros. Devem vedar completamente o frasco, de modo a manter a esterilidade do produto envasado. - Todos os materiais devem ser passíveis de esterilização e despirogenização, em autoclave e estufa. - Todos os materiais devem apresentar validade de pelo menos 2 anos, conforme aplicável.	456564	UN	3.500	2	R\$ 2,37	R\$ 8.285,35
--	--------	----	-------	---	----------	--------------

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (a) data de assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Em caso de divergência entre a especificação dos itens da tabela e a descrição dos itens na relação CATMAT do COMPRASNET, prevalece a descrição dos itens constantes da Relação de itens deste Termo de Referência

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

ID PCA no PNPC: : 00394429000100-0-000005/2024

Data de publicação no PNPC: 20/10/2023

Id do item no PCA: Aquisição de materiais para manipulação de formulações magistrais para o LAQFA,
Número da DFD 212/2023,

Classe/grupo: Produtos químicos

Número da contratação 90120/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1 Quanto ao gerenciamento dos resíduos, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, dentre as quais:

4.1.1.1.1 Os resíduos devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou, na sua ausência, às normas e critérios internacionalmente aceitos;

4.1.1.1.2 Os resíduos pertencentes ao Grupo B do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, com características de periculosidade, conforme Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, quando não forem submetidos a processo de reutilização, recuperação ou reciclagem devem ser submetidos a tratamento e disposição final específico.

4.1.1.1.3. Os resíduos sem características de periculosidade não necessitam de tratamento prévio e podem ter disposição final em aterro licenciado, quando no estado sólido, ou ser lançados em corpo receptor ou na rede pública de esgoto, quando no estado líquido, desde que atendam as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, gestores de recursos hídricos e de saneamento competentes.

4.1.1.1.4. Os resíduos pertencentes ao Grupo D Do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, quando não forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem, devem ser encaminhados para aterro sanitário de resíduos sólido urbanos, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

4.1.1.1.5. Quando tais resíduos forem passíveis de processo de reutilização, recuperação ou reciclagem devem atender as normas legais de higienização e descontaminação e a Resolução CONAMA nº 275, de 25/04/2001

4.2. Da exigência de amostra

4.2.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.2.2. Poderão ser exigidas amostra de todos os itens.

4.2.3. As amostras poderão ser entregues no endereço: Estrada do Galeão, 4001, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21941-353, no prazo limite de 15 (quinze) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.2.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.2.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.2.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade conforme os compêndios oficiais e conforme o preconizado na RDC ANVISA n 67 de 2007.

4.2.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.2.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.2.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.2.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 15 (quinze) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.2.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso

4.3. Da exigência de carta de solidariedade:

4.3.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, poderá ser exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.6. Não há complexidade que justifique a exigência de garantia de execução

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) data do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica, sediado à Estrada do Galeão nº 4001, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21.941-353, no horário das 08h às 11h e das 13h às 15h, de segunda a quinta

5.4. Na ocasião do recebimento, todos os itens serão avaliados quanto aos CRITÉRIOS DE ESPECIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO descritas neste documento. Em caso de divergências entre as especificações do objeto descritas no Código SIASG e as especificações constantes no presente documento, este último deverá ser atendido plenamente. Os itens entregues serão inspecionados quanto à presença de defeitos e conformidade em relação à entrega de documentação relacionada ao material.

5.5. A entrega dos itens deve ser realizada em conformidade com toda a legislação sanitária vigente, observando as Boas Práticas de Laboratório. O material deve ser transportado em veículos com finalidade específica para materiais farmacêuticos sobre pallets, não devendo ser carregado em veículos que se destinam, originalmente, ao transporte de alimentos, produtos de higiene, cosméticos, saneantes domissanitários, máquinas/equipamentos e outros materiais não compatíveis com a carga, devendo a caçamba do mesmo encontrar-se totalmente fechada, limpa, sem fenda ou abertura, e possuir certificado de sanitização dentro do prazo de validade e controle de temperatura.

- 5.6. Os materiais deverão ser entregues em embalagens íntegras e serão inspecionados pela Comissão de Recebimento de Material (COMREC). O material sem identificação, com embalagem violada, amassada, suja, rasgadas, não serão aceitos.
- 5.7. Todos os volumes dos materiais devem ter identificação original do fabricante, contendo: nome do produto, nº do lote do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, quantidade, Fabricante e país de origem do produto, Fornecedor e Condição de armazenagem e, se necessária, advertência. Não deverão apresentar sinais de violação nem alteração nas identificações originais.
- 5.8. A entrega deverá ser realizada na embalagem original (do fabricante), inclusive com as etiquetas originais. Nos casos excepcionais, que sejam necessários uma reembalagem, compromete-se a proponente em comunicar por escrito a este laboratório, antes da remessa.
- 5.9. Em caso de não-conformidade, os materiais deverão ser substituídos pelo fabricante/fornecedor, sem ônus para o LAQFA.
- 5.10. Em caso de devolução do material em desacordo com o pedido, a contratada deverá substituir imediatamente a mercadoria, arcando com todos os ônus, inclusive o frete. No caso do produto ser rejeitado pelo Controle de Qualidade, este deverá ser retirado em até 05 (cinco) dias, após a comunicação do LAQFA.
- 5.11. Os itens deverão atender às especificações descritas neste Termo de Referência, incluindo a descrição complementar do material.
- 5.12. Somente serão recebidos no LAQFA produtos com número de lote do fabricante, acompanhados de laudo de controle de qualidade, emitido pelo mesmo e em cuja Nota Fiscal conste o respectivo número de lote. A cada fornecimento o material deve vir acompanhado de um certificado de análise original, legível e íntegro, contendo, no mínimo, identificação do fornecedor, identificação do material (nome químico, quantidade, número de volumes, data de fabricação e data de validade, número do lote), descrição das especificações, descrição dos resultados dos ensaios e as respectivas referências, além das condições de armazenamento (temperatura e umidade relativa do ar). Este documento deverá ser aprovado, assinado e datado pelo responsável pelo Controle de Qualidade, acompanhado pelo cargo, número do Conselho Regional e nome por extenso.
- 5.13. Os certificados de análise e as etiquetas dos recipientes de acondicionamento devem ser legíveis, estar em idioma inglês, espanhol ou português.
- 5.14. Caso os certificados de análise do fabricante não contemplem todos os itens da especificação do LAQFA, estes deverão ser complementados através de certificado de análise pelo fornecedor, também firmado pelo responsável técnico.
- 5.14. No caso de haver fracionamento do material, todos os lotes do material devem vir acompanhados do Laudo Analítico do Fornecedor responsável pelo fracionamento, contendo, no mínimo, as informações constantes das especificações descritas neste Termo de Referência.
- 5.15. Todos os lotes do material devem vir acompanhados da Ficha Individual de Segurança de Produtos Químicos (FISPIQ).
- 5.16. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60% do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.17. O recebimento em caráter definitivo não retira do vendedor a responsabilidade sobre o produto oferecido que, se apresentar qualquer irregularidade, dentro de sua validade, será devolvido, sujeitando-se a mesma contratada, ainda, às penalidades previstas na Lei.
- 5.18. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a um terço do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 5.19. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.20. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.21. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.22. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 5.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 5.24. O recebimento provisório do material entregue não implica na sua aceitação, o que somente se dará após os testes de qualidade, a fim de que se comprove terem sido cumpridas as exigências e especificações contidas neste Edital.
- 5.25. Caso o material entregue não esteja de acordo com as especificações, caberá ao Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica o direito de recusá-lo em todo ou em parte.
- 5.26. A(s) empresa(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a trocar, de imediato, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, total ou parcialmente, pelo Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica.
- 5.27. A recusa ou rejeição do material não implica na dilatação dos prazos de entrega.
- 5.28. Não será concedida prorrogação dos prazos de entrega do material objeto da presente licitação, em qualquer fase processual, salvo em casos excepcionais, caracterizada a necessidade, condição em que a prorrogação deverá ser concedida, expressamente, por autoridade competente.
- 5.29. Caso o produto seja reprovado, será devolvido à CONTRATADA, que terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para substituí-lo contados a partir da comunicação à empresa.
- 5.30. Todas as despesas relativas à entrega dos itens adquiridos ficarão sob a responsabilidade da empresa vencedora.
- 5.31. Qualquer outra despesa/custo não discriminada neste item referente às etapas de entrega será de responsabilidade da empresa.
- 5.32. O prazo de entrega dos itens é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho no seguinte endereço: Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica – CEMFAR (Centro de Manipulação Farmacêutica da Aeronáutica) sediado à Estrada do Galeão, 4001, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21941-353.
- 5.33. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica, durante a fase de julgamento das propostas, por meio da comprovação da qualificação através da apresentação dos seguintes documentos: Autorização de Funcionamento, Alvará Sanitário, CNPJ e Certificado de Regularidade Técnica.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de compensação financeira.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, sendo requisitado conforme demanda para fornecimentos de repelentes às Unidades da FAB

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.29. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.29.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.2.1. Autorização de Funcionamento e Autorização de Funcionamento Especial (quando for o caso), para o exercício da atividade de distribuição e/ou fabricação de insumos farmacêuticos, expedido pela ANVISA nos termos da Lei Nº 6.360/1976 (regulamentada pelo decreto Nº8077/2013 e suas atualizações);

8.29.2.2. Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário para o exercício da atividade de distribuição e/ou fabricação de insumos farmacêuticos, expedido pela Prefeitura municipal nos termos da Lei Nº 6.360/1976 (regulamentada pelo decreto Nº 8077/2013 e suas atualizações);

1.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29.4. Prova de atendimento aos requisitos técnicos, previstos na lei Lei n.º 6.360, de 1976, e na Resolução da Diretoria Colegiada da RDC/Anvisa nº 67, de 2007.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 480.462,45

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$480.462,45(quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos no item 1.1.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 120043;

Fonte de Recursos: 0100000000;

Programa de Trabalho: 214537

Elemento de Despesa: 339030;

Plano Interno: A0000410000;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

REGINA FERRO FENTANES

Membro da comissão de contratação

LORENA ROLIM FEITOSA MELSERT

Membro da comissão de contratação

TIAGO LEITE MARTINS

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR V2
Data/Hora de Criação:	21/03/2024 16:52:43
Páginas do Documento:	15
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	16
Hash MD5:	988bc711afb63f45420b26446fb441b1
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap LORENA ROLIM FEITOSA MELSERT no dia 21/03/2024 às 13:56:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major REUBER LUIS CASTRO DOS SANTOS no dia 21/03/2024 às 14:42:22 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ARILSON DIAS no dia 21/03/2024 às 17:33:54 no horário oficial de Brasília.